

# **As obras contra as secas e a interiorização da burocracia: a ação do DNOCS no sertão da Paraíba<sup>1</sup>**

*Fernanda Lucchesi (PPGAS-USP)*

O presente trabalho é parte de pesquisa de doutorado em curso no PPGAS/USP cujo objetivo é analisar a ação do DNOCS no município paraibano de Coremas, através das novas dinâmicas instituídas pelo órgão a partir da década de 1930 com a construção do Sistema Coremas-Mãe D'Água. Formado pelos lagos de dois açudes contíguos, este foi o maior reservatório brasileiro até a década de 1960. O texto foi dividido em três partes. Na parte introdutória, é destacado a construção de um discurso sobre as secas que define o fenômeno como o problema do Nordeste, orientando as políticas públicas para a região. Na segunda parte, será ainda analisado o papel do pensamento de José Américo de Almeida tanto na formulação e divulgação de uma vertente paraibana do discurso da seca, através de seus textos literários e oficiais, como na elaboração e execução de políticas públicas. Por fim, será analisado alguns dados preliminares sobre impacto da instalação do DNOCS em Coremas, a partir do material encontrado nos arquivos do DNOCS em Coremas e João Pessoa e em entrevistas preliminares realizadas em campo.

## **A seca como questão política**

*A era de [18]77 figura como um ponto de referência no passado dos paraibanos, no seu calendário de calamidades.*

*Toda a psicologia desse povo ficou sendo dominado pelo conceito da seca. (A Paraíba e seus Problemas, Almeida, [1923] 1994: 206-207)*

A seca de 1877 é considerada como um marco na história das secas do nordeste. Durante os anos de 1877-79, meio milhão de nordestinos deixaram suas terras foram contabilizadas 200 mil mortes (Pomponet, 2010:2). Para Cunniff (1975), mesmo descontados os exageros retóricos que caracterizam a literatura sobre esse evento, as evidências não deixam dúvida que a "Grande Seca" foi uma catástrofe de grandes proporções. "In fact, measured in loss of human lives, it was the worst natural disaster in the history of Brazil, and probably of the western hemisphere." (Cunniff, 1975: 65, 66).

Embora as secas já fossem registradas desde o século XVII (SUDENE, 1979), com grande número de perdas, em 1877, o fenômeno adquiriu relevância nacional. Ao analisar as

---

<sup>1</sup> IV ENADI - GT. 14. Abordagens Antropológicas do Estado

razões pelas quais a seca de 1877 tornou-se como um "marco", Durval Albuquerque Diniz, chama atenção para o fato de que sua abrangência e duração foram menores que as de secas anteriores, cujas taxas de mortalidade haviam sido tão grandes ou mesmo maiores – como foi o caso da seca de 1825 que dizimou 14,4% da população do Ceará, índice maior que aquele registrado em 1877, que foi de 13,9%. Ao contrário das secas anteriores, entretanto, a "Grande Seca" atingiu em cheio as elites, que enfrentavam um período de crise econômica, levando parte desta a falência, causando "pânico e indignação contra a falta de proteção que lhe foi negada pelo Império, o qual cobria de benesses as outras províncias". Além desse fato inédito, o autor destaca ainda o papel da imprensa na "reelaboração" da imagem da seca (Albuquerque Júnior, 1995:116).

Um dos fatores que contribuiu para a divulgação e nacionalização do problema foi divulgação da "catástrofe" na imprensa da corte através de uma série de artigos de José do Patrocínio, que havia sido enviado para cobrir a seca no Ceará. Além dos artigos escritos, a revista *O Besouro* reproduziu, em 1878, algumas das fotos produzidas pelo cearense Joaquim Antônio Corrêa retratando vítimas da seca, uma iniciativa pioneira no fotojornalismo brasileiro (Andrade e Loggato, 1994). Na publicação, o desenho de Bordallo Pinheiro representa a mão de uma caveira segurando duas das fotografias de Corrêa reproduzidas por litogravura. A montagem recebe o seguinte título: "Paginas Tristes: Scenas e aspectos do Ceará (Para S. Magestade, o Sr. Governo e os Srs. Fornecedores verem) (Copias fidelissimas de photographia que nos foram remetidas pelo nosso amigo e collega José do Patrocínio).

As notícias sobre os efeitos da seca também sensibilizaram o Imperador. Na Fala do Trono de 1877, o Imperador caracterizou a seca como um "flagelo" e defendeu políticas para minorar os efeitos "de tamanha calamidade" (Fala do Trono, 1877, p. 446, apud Artigas de Godoy, 2013). A partir desse momento, a própria seca tornou-se uma questão política (Lewin, [1987] 1993).

Segundo Albuquerque Júnior (1988, 1995), o principal acontecimento resultante desse evento foi a "invenção" de um "discurso da seca" que transforma o fenômeno no principal problema do Nordeste. Para o autor "certas imagens, enunciados e significados vão sendo regularmente repetidos, tornando-se a 'verdade' sobre a seca do Norte, depois sobre a seca do Nordeste. Ainda hoje lidamos com esse agregado de imagens, textos e significados que chamamos de "seca do Nordeste". (Albuquerque Júnior, 1995: 119)

Uma característica que chama atenção nas mais variadas produções sobre a seca e seus efeitos é o que Cunniff denomina de "exagero retórico" (Cunniff, 1975). Tanto telegramas de presidentes de província como cordéis, romances, comunicações de políticos locais, textos jornalísticos, ensaios científicos e mesmo algumas produções técnicas, carregam as tintas ao máximo no sentido de pintar uma situação de calamidade pública.

Apesar de o discurso da seca mobilizar recursos e políticas públicas desde o marco de 1877, a primeira instituição nacional de combate aos efeitos das secas, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), subordinada ao Ministério da Viação, foi criada apenas em 1909<sup>2</sup>. Também pela primeira vez, recursos do tesouro nacional garantiram os meios para que os estados nordestinos construíssem estradas regionais, facilitando o escoamento da produção, principalmente do algodão (Lewin, [1987] 1993).

### **José Américo, o "Ministro das secas e pai da Bagaceira"**

- *"Eu acredito lá nisso? Quem mandou [o leite condensado para as crianças]?"*
- *"O nosso Ministro, mulher, quem houvera de ser mais? Você não sabe que depois de Epitácio só elle se lembrou de nós? E é porque é daqui. Diz o povo, Marica, que elle escreveu um livro todinho contando a sêcca.*
- *Elle já foi "retirado", Zé?*
- *Você é besta Mariquinha. Elle é um doutor formado. Diz o povo que inventou as histórias de cabeça, como a gente faz conta... Mas eu já ouvi lêr um pedaço do livro na goiabeira de compadre Luiz Silva e foi tal qual o que nós passemo... (A Barragem, Mariz, [1937] 1994)*

Com relação ao montante de verbas destinadas ao órgão de combates às secas, destacam-se os períodos em que o paraibano Epitácio Pessoa esteve frente à presidência da República e que o também paraibano José Américo de Almeida esteve a frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo ambos são considerados "redentores de seu povo".

Epitácio Pessoa foi o primeiro a realizar um plano de açudagem pública e de construção de rodovias na Paraíba. A soma dos investimentos feitos no Nordeste no primeiro ano de seu governo, em 1919, alcançou a cifra de 145.947 contos de reis. O valor para o ano de 1918, último ano da gestão de Venceslau Brás havia sido de 2.326 contos de reis (Pomponet, 2010: 3). Muitas obras foram paralisadas com o fim de seu mandato em 1922 e

---

<sup>2</sup> O IOCS tornou-se IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) na gestão do paraibano Epitácio Pessoa em 1919 e, depois, DNOCS (Departamento de Obras Contra as Secas) em 1945 sob o governo Getúlio Vargas.

retomadas apenas com a entrada do "Ministro da Seca" (Monteiro, 2008), José Américo de Almeida, no Ministério da Viação, em 1930.

O livro escrito pelo "Ministro" ao qual o protagonista do romance se refere é o ensaio *A Paraíba e seus Problemas*, publicado em 1923 e escrito por encomenda do então governador do estado, Sólon de Lucena, que pretendia homenagear Epiácio Pessoa registrando as benfeitorias por ele promovidas na região. Talvez como nenhum outro autor, José Américo foi responsável pela versão paraibana do "discurso da seca" de que fala Albuquerque Jr.

Comentando sobre *A Paraíba e seus Problemas* em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), José Américo destaca que o livro deveria ser um "memorial" do plano de obras contra as secas empreendido por Epiácio com o fim de "evitar a suspensão de que estava ameaçado [o plano] pelo seu sucessor" (Almeida, [1923] 1994: 4).

Antes de proceder à descrição das obras do "super-homem" (Almeida, [1923] 1994: 563), José Américo busca provar que as secas são fenômeno caracterizado pela irregularidade das chuvas, sendo seus efeitos corrigíveis através de medidas preventivas, tendo como a mais importante o armazenamento de água em grandes reservatórios. Para tanto, o autor lança mão de vários estudos científicos sobre os aspectos físicos, climáticos e geológicos do território paraibano, no intuito de evidenciar que a Paraíba corresponderia, "vantajosamente, pelo conjunto de seus elementos físicos, ao emprego dos dinheiros públicos despendidos em seu benefício" (Almeida, [1923] 1994: 41).

Se o principal problema da Paraíba era a seca, não menos grave era o abandono do estado por parte do Governo Federal. O descaso federal se traduzia não só pela falta de recursos destinados ao estado mas também pela ausência de qualquer repartição pública federal em terras paraibanas. Tal "alvitre monstruoso" só poderia se dar pela "ignorância" da natureza do estado "na integridade da sua formação." (Almeida, [1923] 1994: 41). Haveria não só um total desconhecimento sobre os pontos positivos da natureza e história da Paraíba mas também sobre os "infortúnios" causados pelas secas no estado.

Descontente com a centralidade ocupada pelo estado do Ceará na política de socorros, José Américo constrói seu argumento para demonstrar que é na Paraíba que deveriam ser concentrados os recursos, uma vez que: 1) o estado seria tão ou mais assolado pelas secas que o Ceará, sendo atingido em quase sua totalidade; 2) a geografia local, com suas serras e seus boqueirões, favoreceria a construção de grandes reservatórios de água e 3) o povo paraibano

reuniria o que há de melhor das raças branca e indígena, sendo por isso capaz de prosperar desde que garantidos os meios materiais.

Para José Américo, o "martírio dos paraibanos", ao contrário do sofridos pelos cearenses, ainda permaneceria "inédito", dando a falsa impressão de que o estado não sofria com as secas. O autor constrói então o que denomina de "martirologio", uma cronologia das secas seguidas de seus efeitos deletérios (Almeida, [1923] 1994: 161-162), "um livro inteirinho sobre a seca" como comentara o protagonista de *A Barragem* na epígrafe que abre a seção. Conforme vai avançando em sua cronologia, o autor vai carregando as tintas na descrição dos "infortúnios" e "desgraças" sofridas, que teriam atingido o ápice durante a seca 1877. Esta teria sido tal que, em Pombal, a retirante Dyonisia dos Anjos "roubara" uma menina de 5 anos que teria decapitado e comido. Mesmo os proprietários mais abastados e os temíveis cangaceiros teriam fugido da fome.

Para além dos efeitos mais imediatos das secas, como a fome e a mortalidade de animais e pessoas, o autor sublinha os efeitos de desagregação moral. A seca colocava em risco a honra das donzelas sertanejas. O fenômeno da perambulação dos retirantes do sertão para o "lameiro" (Brejo) é também repisado. Para José Américo, os problemas não estariam, portanto, restritos às áreas afetadas já que os retirantes que iam para o Brejo paraibano causavam epidemias, aumentavam a prostituição e saqueavam o comércio.

O flagelo das secas, expresso na imagem de sofrimento físico e moral do retirante surge como o grande argumento para justificar a necessidade de investimento em obras contra as secas. Ao sentimento de pena liga-se o temor da invasão de "hordas de retirantes" que poderiam a qualquer momento invadir as áreas mais abastadas cometendo todo tipo de crimes, desde saques até a antropofagia, ameaçando a saúde e a moral das famílias com seus corpos "nús". Esse sentimento dúbio, de compaixão e temor, despertando pelo retirante irá acompanhar as obras de José Américo e grande parte da literatura sobre as secas. Como já foi comentado anteriormente, também, as comunicações oficiais e discursos políticos também seguem o mesmo estilo.

Juntamente com a descrição dos efeitos desagregadores das secas, o autor cita as políticas de socorros, demonstrando sua total ineficiência e também o "abandono" sofrido pelo estado. Até a seca de 1877, afirma, a ação do Governo Monárquico para socorro das populações ficava restrita ao repasse de verbas para a compra de alimentos pelas províncias e municípios afetados, a chamada "esmola pública". A partir desse momento, o governo passou

a utilizar os retirantes como mão de obra na construção de açudes e estradas, tornando-os *cassacos*<sup>3</sup>.

Tais obras, criticava José Américo, ficavam a cargo de "chefes políticos locais" que, além de "consumirem avultadas quantias no interesse partidário", não obedeciam a critérios técnicos, desaparecendo "aos primeiros invernos" (Almeida, [1923] 1994: 301). Esse quadro iria mudar, segundo o autor, apenas com o governo de Epiácio e o fortalecimento da estrutura do órgão federal de combate às secas.

Assim como muitos pensadores da época, José Américo via na grande açudagem pública, e também na particular, a maneira mais eficaz de armazenar água para os momentos de crise, assim como de garantir trabalho para a população flagelada. No tocante à grande açudagem, a "estrutura" do sertão seria singularmente vantajosa, bastando "'restaurar a terra', fechar os *boqueirões*" (Almeida, [1923] 1994: 382). Essa tese já havia sido defendida por Irineo Joffily em suas *Notas sobre a Paraíba* ([1892] 1977:17,18), livro considerado inaugural na historiografia paraibana.

Depois de demonstrar as vantagens geográficas do investimento no estado, o autor disserta sobre os benefícios oferecidos pelo povo paraibano em geral e, em especial, pelo sertanejo. A visão negativa do mestiço expressa pela maioria dos intelectuais brasileiros até pelo menos a década de 1930, engrossava as críticas sobre os gastos com os socorros a essas populações. José Américo dedica um capítulo inteiro para desfazer essa visão e justificar o interesse nacional na preservação do sertanejo, espécie de ícone da nacionalidade que guardava as características mais nobres das raças originárias. Para o autor, "o que se atribui a uma desgraça hereditária é, simplesmente, um mal social", fruto de um meio "de péssima organização econômica e de analfabetismo esterilizador" (Almeida, [1923] 1994: 537)

---

<sup>3</sup> Em 1934, o jornalista cearense Cordeiro de Andrade, publicou um romance sobre a seca de 1915 com o título de *Cassacos*. Nele, o autor identifica genericamente os cassacos aos "retirantes". Cassaco é um pequeno gambá também conhecido na Paraíba por timbu. Segundo o escritor e poeta cearense Oswaldo Lamartine de Faria, no nordeste, o cassaco é "o simples sertanejo de rêde-nas-costas que vive no ciganismo do trabalho das construções públicas. De quanto remonta a sua origem, não o sabemos. É de se imaginar ter aparecido após a criação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, antiga IFOCS), pelos idos de 1908". (<[www.consciencia.org/cassaco-nordestinos](http://www.consciencia.org/cassaco-nordestinos)>). Ignez Mariz (1937) ressaltou ainda, em seu romance sobre a construção do açude São Gonçalo em Souza, que o cassaco é um animal marsupial, que carrega sempre a família consigo. Conforme a nota explicativa que a autora insere no texto, o cassaco era:

(\*) A mais infima das categorias de trabalhadores do Govêrno. Como os serviços de Estradas e Barragens se effectuam, quasi sempre, distante de suas moradias habituaes, os trabalhadores vencem a pé leguas a fim de os alcançar. Nas macas que trazem a tiracollo elles conduzem, não só a rêde e a ração "de comer", como também os filhos pequeninos: nas nossas mattas prolifera o cassaco, animal de tamanho de um gato e semelhante ao kangurú pela bolsa que possúe no ventre para condução dos filhotes. Por isso o espirito sertanejo, irremediavelmente humoristico, fez a annos a analogia que perdura. (Mariz, [1937]1994: 5)

O sertanejo mestiço, beneficiário direto das políticas contra as secas, não seria um "decaído" ou "desequilibrado funcional" incapaz de trabalho produtivo, como sentenciavam Euclides da Cunha ([1902] 1905) e Oliveira Viana ([1923] 1938), autores utilizados por José Américo em sua argumentação. Apoiando-se no elogio que Alberto Torres faz ao mestiço brasileiro em *O Problema Nacional Brasileiro* [1914], caracterizado como "trabalhador e ativo como os mais operosos do mundo" (Almeida, [1923] 1994: 544), José Américo ressalta a capacidade produtiva do sertanejo, mesmo sob as condições mais precárias.

Fornecidas as condições mínimas de sobrevivência, como garantia de água, alimento, saneamento, instrução e trabalho, o sertanejo poderia se desenvolver plenamente. Além disso, era necessário fixar esse elemento em seu "habitat". Todas essas questões, escreve, seriam resolvidas com as grandes barragens, intervenção que teria por si só "um alcance decisivo" (Almeida, [1923] 1994: 554).

Em 1928, José Américo retomou o tema da seca em *A Bagaceira*, livro que alcançou projeção nacional e é considerado o marco fundador da literatura regionalista do Nordeste. Ambientado em uma fazenda no Brejo paraibano, o romance se inicia com a chegada de um grupo de retirantes que fugiam da seca de 1898 e buscavam trabalho. O grupo é descrito como "uma ressurreição de cemitérios antigos", "esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres", "fantasmas estropiados", "adelgaçados na magreira cômica". "Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais" (Almeida, [1928] 2004: 8). Reaparecem no romance os temas da degeneração física e moral dos retirantes devido "a libertinagem das secas", o êxodo forçado e a exploração a que ficavam sujeitos (Almeida, [1928] 2004: 38). Ao mesmo tempo, os sertanejos são definidos como movidos pelos seguintes "sentimentos fundamentais": a "dignidade da família e o apego à gleba" (Almeida, [1928] 2004: 98).

Esse é o espírito que animava o ministro que aprovou o novo regulamento do IFOCS, por meio do Decreto no 19.726, de 20 de Fevereiro de 1931, que dava destaque à construção de açudes e canais de irrigação. No decreto há uma sessão dedicada às "Medidas de emergência" a serem tomadas em caso de seca prolongada, abrindo a possibilidade de realização de trabalhos não previstos no plano e que tivessem como fim "o socorro imediato às populações atingidas pelos efeitos das secas" (Art. 5º). É determinada ainda a criação de hospedarias em zonas não atingidas pelas secas para abrigar os retirantes que desta seriam encaminhados às "colônias de trabalhadores" (Art. 6º). Por fim, determina o fornecimento de

transporte aos retirantes que, passada a seca, quisessem voltar ao seus lugares de origem (Art. 7º).

Outro ponto que diferencia o decreto assinado pelo ministro das demais regulamentações do órgão é a maior centralização das decisões relativas às obras, incluindo a nomeação para cargos técnicos e administrativos, como fica claro no Art. 50, Sessão V, "Disposições Diversas", que determina que: "Não será admitido para os serviços de escritório nenhum empregado, mensalista, diarista ou contratado, sem prévia autorização do ministro."

O subdistrito responsável pelos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte que já tinha tido sede no Rio Grande do Norte e em Pernambuco passou ser em João Pessoa. Como já havia ficado claro no ensaio de 1923, o futuro ministro considerava a ausência de repartições federais um grande problema da Paraíba, já que a verba destinada às obras e socorros ficavam submetidas aos caprichos da elite política local.

A partir do decreto de 1931, as obras dos grandes açudes passaram a ser executadas diretamente pelo IFOCS. Até então, havia previsão para que as obras fossem executadas pelos estados com recursos da União ou então mediante concorrência pública (Decreto 13.687/1919, Art. 27).

A gestão de José Américo à frente do Ministério da Viação (1930-34) favoreceu a criação de diversas repartições federais no interior da Paraíba<sup>4</sup>. Não só foram montados escritórios do IFOCS no sertão, como o próprio ministro, acompanhado do Presidente Getúlio Vargas e do ministro da agricultura, o cearense Juarez Távora, visitaram os municípios sertanejos durante a seca de 1932. A viagem foi acompanhada pelo jornalista pernambucano Orris Barbosa, que publicou em livro o relato de viagem. Barbosa escreve entusiasmado que "as obras contra as secas, realizadas em 1931-33, salvaram a reputação da Revolução de Outubro, perante a história", deixando suas marcas nos 22 açudes públicos concluídos durante o Governo Provisório, além de canais de irrigação e estradas (Barbosa, [1935] 1998: 79).

Durante os anos de 1953 e 1954, José Américo voltou a ocupar o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas em meio a crise deflagrada por outra "grande seca". Essa gestão foi importante para a finalização das obras na barragem Mãe D'Água além da construção das

---

<sup>4</sup> Embora a burocratização do Estado tenha alterado a distribuição de poder das parentelas (Queiroz, 2006), parte de seus membros passou a ocupar os postos da recém instituída burocracia através da política conhecida como empreguismo (Lewin, [1987] 1993). O próprio Ministro José Américo teria sido acusado de ter empregado 32 parentes no governo, dos quais 10 primos, 5 irmãos, 2 cunhados e um sobrinho (Villa, 2001).



rodovias Patos-Piancó, Curema-Piancó, São Gonçalo - Curema - São Bento, do ramal rodoviário Mãe D'Água - Barragem de Lages e do campo de pouso de Curema, todos na região de Coremas (Almeida, [1953] 1981, pp. 42-59). Além de sua atuação no Ministério, outros investimentos foram mobilizados por ele durante sua gestão como Senador por seu estado (1934-1935 e 1947-) e como governador da Paraíba (1951-1956).

### **D[eus].N[ão].O[olha].C[assaco].S[ofrer] em Coremas**

*Getúlio Vargas quando ditador/ Aqui lançou a pedra fundamental/ Estevam Marinho foi o grande engenheiro/ Desse mar colossal/ Foi audácia do Estado Novo/ Muitos cassacos em Coremas trabalharam/ A cafuringa as pás e as enxadas/ Esse açude edificaram eu vi (Coremas passado e presente, Severino Lopes de Almeida, 2004: 3)*

A estrutura mobilizada para a construção dos açudes públicos como o de Coremas foi notável. De uma hora para outra, pequenos povoados sertanejos passaram a contar não só com uma estrutura burocrática federal com escritórios e oficinas, mas também com clubs, carros e cinemas nos quais desfilavam engenheiros da capital e muitos estrangeiros. Era o Estado *moderno* chegando ao sertão.

O município de Coremas localiza-se no Vale do rio Piancó, na região do Alto Sertão Paraibano e dista 397 km da capital. O povoado "Boqueirão de Curema" era um distrito de Piancó, tendo sido elevado à categoria de vila pelo decreto nº 39 de 17 de Maio de 1938 e à categoria de município, com a denominação de Coremas, pela lei estadual nº 1005, de 30/12/1953. Segundo informação do site "Cidades" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coremas teve seu maior incremento populacional em meados da década de 1930, com o início da construção do açude de mesmo nome.

Com o início das obras desse açude, a área do povoado antigo, na margem direita do rio Piancó, foi ocupada desordenadamente pelos trabalhadores de baixa especialização (Entrevista Chiquinha Guedes, 2009). Na outra margem do rio, foi construído o "Acampamento" da Inspetoria para alojar os servidores do órgão, "[113] casas bem ventiladas, arborizadas com árvores frutíferas, jardinagens exuberantes, água encanada e energia elétrica" (Silva Filho, 1996: 110).

Além das casas, foram construídos no Acampamento: a primeira escola do município, o primeiro hospital, a primeira cooperativa, maternidade, hotel, apiário, agência de correios e telégrafos, cadeia, capela, horta, pomar, club recreativo, praça de esportes (poliesportiva), campo de futebol, a primeira piscina do estado, cinema para 180 pessoas e mesmo uma agência de automóvel representando a Ford, inaugurada ainda em 1937.

Segundo a memorialista coremense Chiquinha Guedes, toda a elite queria morar no Acampamento. A vida social da cidade passou a girar em torno do DNOCS, com seus bailes de carnaval, sessões de cinema e club recreativo (entrevista, 2009). Silva Filho lembra que mesmo os apitos que marcavam os horários de trabalho dos funcionários do órgão passaram a ser algo "bastante tradicional na vida diária da cidade" (Silva Filho, 1996)

Além dos funcionários do DNOCS, a construção dos açudes e estradas mobilizaram grande número de trabalhadores, organizados de maneira precária nas "obras de emergência contra as secas", ou simplesmente "emergências" segundo denominação regional.

A "fôlha de pagamento dos operarios empregados nos serviços de construção do açude publico 'Curema'" referente ao mês de dezembro de 1937, registrou 1.610 operários. No mesmo período, um resumo dos trabalhadores da estrada de rodagem São Gonçalo-Curema registrou mais 257 pessoas. Em fevereiro do ano seguinte, a obra registrou 1.717 pessoas para o mês de fevereiro e, em dezembro, o órgão ainda mantinha em sua folha 1.539 operários, além dos "mensalistas" do órgão.

O açude de Coremas por inaugurado por Getúlio Vargas em 1940, mas só iria terminar de fato em 1942. Em 1941 a folha do mês de março registrou 1.083 operários. Com a finalização da barragem, parte dos trabalhadores partiram de Coremas para trabalhar em outras obras que proliferavam pelo sertão. Muitos ainda permaneceram no local sendo absorvidos em obras de rodovias da região, como a conservação dos ramais Coremas São Gonçalo e Coremas-Aguiar.

O ano de 1942 foi um ano de grave seca. O decreto-lei 4.228 de 2 de abril de 1942, liberou um "crédito especial" para o MVOP de "7.970:000\$0 para as despesas em obras rodoviárias", como a finalização do ramal do Cariri e a construção do trecho Jardim do Seridó-Caicó, do ramal de Catolé do Rocha, no sertão paraibano<sup>5</sup>. Em 14 de julho de 1942 foi publicado o de decreto-lei nº 4.475 cujo parágrafo único destinava ao MVOP o "crédito especial de 12.000:000\$0 (doze mil contos de réis)", as despesas com as obras já aprovadas, "tendo em vista a atual situação do Nordeste assolado pela seca".

As obras da barragem Mãe D'agua foram iniciadas também nesse ano. Localizada a 4km da barragem Coremas, seu lago formaria com este açude o Sistema Curema-Mãe D'Água. A folha de pagamento do IFOCS-Comissão do Alto Piranhas de dezembro de 1942,

---

<sup>5</sup> No início de 1943, a folha de pagamento do "ramal Catolé do Rocha" continha mais de 1.000 trabalhadores.

"do pessoal para as obras que trabalha nos serviços de construção do açude publico 'Mãe D'Água'", estava baseada no decreto citado acima e tem como título "crédito especial". Nela estão cerca de 360 trabalhadores.

Com a seca de 1951-53, a verba do DNOCS, que era de Cr\$ 219.244.762,10, "foi reforçada com recursos da emergência" que totalizaram Cr\$ 218.750.000,00 (SUDENE, 1981). Em 1952, a folha de pagamento do açude Mãe D'Água chegou a contar com 778 trabalhadores. Em abril de 1954 haviam 584 pessoas na folha. No mesmo período, a folha de pessoal para as obras de Mãe D'Água marcada com a anotação "serviços extraordinários" contava com mais 383 trabalhadores. A folha de maio registrou 707 trabalhadores e mais 417 de serviços especiais.

A barragem Mãe D'Água foi inaugurada em 1957 por Juscelino Kubitschek. No ano seguinte, segundo publicação da SUDENE, "a seca surgiu com intensidade bem superior às registradas após 1919". Entre as medidas adotadas, "abriu-se frentes de trabalho em todos os locais que se fizesse necessário atender a um número razoável de necessitados locais, ou transferí-los em veículos do DNOCS, quando este número não justificasse uma frente de serviço" (SUDENE, 1981:34).

O decreto nº. 43.686, publicado 7 de maio de 1958, considerando, entre outros, "a calamidade que assola o Nordeste e a necessidade de proporcionar aos órgãos do Govêrno os meios necessários para dar assistência às vítimas da sêca" e "a necessidade de serem atacadas obras e serviços de emergência, assim como a impossibilidade de atender ao crescente número de flagelados com os recursos normais do Orçamento da União", concedeu ao MVOP o crédito extraordinário de Cr\$2.000.000.000,00, (dois bilhões) destinado à realização de obras e serviços de assistência às vítimas da sêca no Nordeste, através do DNOCS, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Primeiro Grupamento de Engenharia e do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Metade da verba foi destinada ao DNOCS. O segundo distrito do órgão, com sede em João pessoa, ficou com 50 milhões de cruzeiros da verba extraordinária para o exercício de 1958 (Ofício DNOCS 1150 C de 30/08/1958).

Entre as folhas de pagamento do DNOCS para esse ano, estão as do pessoal que havia trabalhado nas obras de "irrigação e exportação d'água dos açudes Curema e Mãe D'água". No item "Classificação da despesa", há a anotação "Defesa c/as Sêcas do Nordeste (artº 198 da Constituição Federal)". No mês de fevereiro, a folha de pagamento tem apenas duas

páginas, em março já são 6, mais uma outra folha com duas páginas com a anotação "(extraordinário)". Em outubro de 1958, a folha dos operários que trabalharam na rodovia Curema-Aguiar, tinha 12 páginas e 684 trabalhadores. A folha de dezembro tem 28 páginas e 1.627 trabalhadores. O pagamento dessas folhas ocorreu apenas no seguinte, com base no decreto nº. 46.432, de 15 de julho de 1959 que destinou ao MVOP, "o crédito especial de Cr\$ 3.750.000.000,00 para atender a despesas com obras de emergência na região assolada pela seca." Em 1962, uma nova seca mobilizara frentes de trabalho na região.

De 1935 até os primeiros anos da década de 1960, um grande número de trabalhadores de baixa especialização foram ocupados nas obras em Coremas. O moderno conforto do Acampamento em nada lembrava as condições socioeconômicas dos cassacos, que além de trabalharem com ferramentas inadequadas, ficavam "refêns do barracão", já que os salários atrasavam sistematicamente (Mariz, 1937; Andrade, 1934). Em *Coremas seu lugar na história*, Edvaldo Brilhante relembra uma brincadeira de infância com a sigla DNOCS que, de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, virava "Deus Não Olha Cassaco Sofrer".

Além dos denominados retirantes, vítimas das secas da região, parte dos cassacos eram antigos trabalhadores rurais da região que foram deslocados com a formação dos açudes.

Os estudos nos boqueirões de Curema e Mãe D'água começaram a ser realizados logo após a criação do IOCS em 1909. Na publicação que resultou das observações coletadas em expedição pelos estados afetados, chefiada pelo o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa (então responsável pela Inspetoria) e o geólogo Roderic Crandall em 1910, os autores destacam as vantagens da curiosa geografia da região, com dois rios, o Piancó e o Aguiar, cortando a Serra de Santa Catarina em dois pontos distantes apenas cerca de 4km um do outro (Crandall, 1977).

A descrição do local, acentuando as vantagens da construção de dois açudes contíguos (um formado pela barragem no Rio Piancó, em Coremas e outro em Mãe d'água), leva o leitor a acreditar que a área a ser inundada seria uma espécie de vazão populacional. Há uma vaga menção à ocupação do local a ser instalado o açude de Coremas, através do registro de perdas agrícolas em anos anteriores devido à enchente dos rios. O autor aponta ainda o baixo custo da desapropriação, devido à pequena área que o açude iria inundar.

Entretanto, durante os levantamentos feitos para a desapropriação da área alagada dos açudes, mais a faixa irrigada, foram levantados 888 lotes, ou sítios conforme denominação

local. Os estudos para a desapropriação das áreas a serem inundadas começaram logo após a instalação do DNOCS no local. Muitas áreas foram adquiridas rapidamente através de termos de ajuste assinados no escritório do órgão em Coremas, mas o processo total de desapropriação dos lotes ainda não havia se completado em 1969, de acordo com o documento de 10 de novembro desse ano intitulado: "Relação dos proprietários não indenizados, cujas propriedades encontram-se encravadas na bacia hidráulica do açude público Sistema-Curema-Mãe D'Água", que lista 34 processos pendentes.

Os estudos realizados para as desapropriações descrevem as atividades produtivas dos sítios. As plantações descritas como "benfeitorias" são basicamente: algodão mocó, oiticica, carnaúba, juazeiro, palma e árvores frutíferas como goiabeiras e ingazeiros. A maioria dos lotes, que têm entre 3 a 40 hectares e as culturas de subsistência não são mencionadas. A mera descrição das benfeitorias dos lotes não deixa claro a real quantidade de pessoas que sobreviviam da agricultura, e nenhuma política de compensação foi oferecida a população que viram as terras em que trabalhavam inundar.

O processo referente aos lotes de João Pereira de Oliveira, por exemplo, revela uma realidade oposta a de vazios. A avaliação de uma de suas propriedades com 310 hectares (bem acima da média dos lotes), realizada em 1957, lista as seguintes benfeitorias: 325 pés de oiticicas grandes, 281 pés de oiticica média, 242 pés de oiticica pequenas, 515 carnaubeiras grandes, 222 carnaubeiras médias, 589 carnaubeiras pequenas, 1.714 juazeiros grandes, 870 mandacarus grandes, 31 juazeiros grandes, 50 canafistulas, 59 ingazeiras, 18 goiabeiras, 12 ateiras, 1 laranjeira, 4.352 palmas, 2 cajueiros, 10 agaves, 12 casas de taipa (cobertas de telhas com piso de barro batido, em bom estado de conservação, totalizando 1.006,10 m<sup>2</sup> de área coberta), 3 sócios de madeira roliça, 2.460m cercas de madeira trançada em bom estado de conservação, 1.370m de cerca "em sofrível estado de conservação" e dois "açudinhos de terra (construção tósca)" com 246,250 m<sup>3</sup>.

Tanto o algodão, como a oiticica, principal produção da região durante a primeira metade do século XX, mobilizam grande número de mão de obra em determinados momentos do seu ciclo, número que fica encoberto no relatório. O fato de a propriedade ter 12 casas de taipa indica a presença de, pelo menos 12, famílias de agricultores em regime de moradia. Não há nenhuma menção a elas ou às culturas de subsistência, tradicionalmente cultivadas em torno das casas dos moradores.

Outra propriedade com área bem acima da média listada na relação dos lotes, é a de nome Navio, com 400 ha. Segundo contam seus antigos moradores, o sítio Navio era um povoado negro localizado em um grande baixio na margens do "Riacho Seco" (rio Aguiar), propício para a cultura do arroz e outros plantios "de vazante". Além das roças, havia muitas criações, sendo lembrado como local da abundância, das festas e da vida em família. Com o desaparecimento do Navio, seus moradores espalharam-se. Conforme as águas foram subindo, contam estes, as casas foram também se encostando e subindo as serras que circundavam o povoado (Entrevista Francisca, 2009). Algumas famílias foram para as cidades próximas, como Piancó, Souza e Pombal, ocuparam o bairro de Cabo Branco, na periferia da cidade de Coremas ou fixaram-se em Mãe D'Água, na vila operária e no lugar conhecido por "britador" (Entrevista Desterro, 2009).

Assim como no caso dos moradores da propriedade de João Pereira Oliveira e outras, não houve, na época, nenhuma política para o reassentamento dessa população por parte do DNOCS. Alguns habitantes do antigo povoado trabalharam na construção da barragem, como é o caso de Seu José Vicente de Souza que tornou-se funcionário do órgão e habita até hoje com a família uma das casas do DNOCS. Desterro, bisneta de Mané Ananias, outro patriarca do Navio, contou que quando criança trabalhara na pedreira ("britador"), "quebrando pedra" junto com a avó e outras famílias do antigo povoado.

A única política compensatória levada a cabo pelo DNOCS em Coremas diz respeito à indenização dos proprietários desapropriados. De acordo com o Decreto nº 19.726/1931 A área desapropriada incluiu não só o trecho de terras onde se formou o lago dos açudes, mas também as terras que se tornaram "irrigáveis", compreendendo grande parte do município.

Essas áreas foram divididas em lotes para serem arrendados, conhecidos localmente por "rendas". Não havia nenhuma previsão nos regulamentos do órgão para o assentamento da população que era "flagelada" e virou mão de obra no açude nem para os *moradores* das propriedades desapropriadas. Ao contrário, o Art. 20 do Decreto nº 19.726/1931, único a tratar do assunto, determinava que, no caso de "a Inspeção lotear, vender ou arrendar as terras irrigáveis de sua propriedade terão preferência na compra ou arrendamento desses lotes os proprietários de terras limítrofes à bacia hidráulica".

A ação do DNOCS na área desestabilizou a organização produtiva e social e do lugar. No caso do povoado Navio sua ação significou a desagregação da comunidade cujos membros se reorganizaram individualmente. Em sua pesquisa sobre a política de irrigação

implementada pelo DNOCS na década de 1970, Anthony Hall (1981) anota que os altos custos sociais de remoção não eram levados em consideração na hora de formular os projetos de viabilidade encomendados pelo governo. Tal descaso implicaria em uma agudização da situação de precariedade da população para a qual tais políticas se justificavam. Hall marca essa contradição no subtítulo de seu artigo no qual questiona: a política de irrigação seria contra as secas ou contra os camponeses? (anti-drought or anti-peasant?).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR**, Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia: A seca no imaginário nordestino - de problema à solução*. Campinas: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/UNICAMP, 1988.
- \_\_\_\_\_. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.
- ALMEIDA**, José Américo de. *A Paraíba e seus Problemas*. Brasília: Senado Federal/ Fundação Casa de José Américo, [1923] 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, [1928] 2004.
- ALMEIDA**, Severino Lopes de. *Coremas passado e presente*. Coremas:mimeo, 2004.
- ANDRADE**, Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1934.
- ANDRADE**, Joaquim Marçal Ferreira de e **LOGATTO**, Rosângela. "Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 114, 1994.
- ARTIGAS DE GODOY**, José Henrique. "Os Nordestes de Freyre e Furtado". *Política e Sociedade*, v. 12, n° 24, pp. 61-88, 2003
- BARBOSA**, Orris. *Seca de 1932: Impressões sobre a crise nordestina*. Mossoró: ETRN-UNED, [1935] 1998.
- CUNHA**, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro-São Paulo: Laemmert & Co, [1902] 1905.
- CUNNIFF**, Roger. "The birth of the drought industry- imperial and provincial responses to the great drought in northeast Brazil (1877-1880)". *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, vol. VI, n° 1 e 2, 1975.
- CRANDALL**, Roderic. *Geografia, Geologia, Supprimento d'Agua, Transportes e Açudagem. nos Estados Orientaes do Norte do Brasil: Ceara, Rio Grande do Norte, Parahyba*. Brasil:DNOCS, [1910] 1977.
- HALL**, Anthony. "Irrigation in the Brazilian Northeast: anti-drought or anti-peasant?". In: SIMON, Mitchell (org.). *The logic of poverty: the case os the Brazilian Northeast*. London: Routledge, 1981.
- JOFFILY**, Irineo. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, [1892] 1977.
- LEWIN**, Linda. *Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, [1987] 1993.
- MARIZ**, Inez. *A Barragem*. João Pessoa: A União, [1937] 1994.
- MONTEIRO**, Manoel. *José Américo - ministro das secas e pai da bagaceira*. Campina Grande: folheto de cordel, 2008.
- POMPONET**, André. "100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas". Apresentação oral-Instituições e Desenvolvimento Social na Agricultura e Agroindústria, da Bahia, Feira de Santana. Extraído de <<http://www.sober.org.br/palestra/13/253.pdf>>, em agosto de 2010.
- SILVA FILHO**, Edvaldo Brilhante. *Coremas, seu lugar na história*. João Pessoa: Geografic, 1996.
- SUDENE**. *As secas do Nordeste (Uma abordagem histórica de causas e efeitos)*. Recife: SUDENE-DNER, 1981.
- VIANA**, José Francisco Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife-Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, [1923] 1938.
- VILLA**, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.